Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

02/04/2014

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO..... 1
   1.2. DESEMBARGADORES..... 2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   2.1. VARAS CRIMINAIS..... 3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   3.1. DESEMBARGADORES..... 4
   3.2. OUVIDORIA..... 5 - 6
4. JORNAL EXTRA
   4.1. DESEMBARGADORES..... 7
5. JORNAL O DEBATE
   5.1. DESEMBARGADORES..... 8
6. JORNAL O PROGRESSO
   6.1. PUBLICIDADE LEGAL..... 9
7. JORNAL PEQUENO
   7.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO..... 10
   7.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... 11
   7.3. CORREGEDOR..... 12
   7.4. DESEMBARGADORES..... 13 - 14
   7.5. EVENTOS..... 15 - 16
   7.6. JUIZADOS ESPECIAIS..... 17
   7.7. JUÍZES..... 18
   7.8. PUBLICIDADE LEGAL..... 19 - 22
   7.9. UNIDADES ADMINISTRATIVAS..... 23

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Projeto casamento comunitário leva cidadania a 90 casais da Cidade de Rosário

"Agora é oficial. Já convivemos tem bastante tempo e essa foi a oportunidade pra nós acertar nossa união. Fico muito feliz com essa chance que a Justiça deu para nós". A afirmação, acompanhada de um longo sorriso, foi feita pelo senhor José Aquino dos Reis, 78 anos, durante mais uma edição do projeto casamento comunitário realizado na Comarca de Rosário. A celebração aconteceu na manhã desta terça-feira (1º) e garantiu o matrimônio de 90 casais.

O senhor José convive há 60 anos com a senhora Joana Baltazar Santos, mas só agora, por meio do projeto da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, teve a união oficializada com sua parceira. A desembargadora Nelma Sarney abriu os trabalhos destacando a importância da instituição do matrimônio para a sociedade. "Acredito que o casamento é a mais importante instituição no seio de uma sociedade, porque é dele que se constrói a base familiar", disse.

Para celebrar os casamentos a juíza Lucia de Fátima Quadros, que responde pela 2ª Vara de Rosário, teve o apoio dos juízes corregedores José Américo Costa e Maria Francisca Galiza. Lucia Quadros elogiou o projeto da Corregedoria, lembrando que é papel também do Judiciário estar presente nas comunidades. "A Justiça deve fazer parte da vida da comunidade. Com esse espírito é que nós demos continuidade ao projeto para garantir ao cidadão o direito de uma união regular", pontuou.

Também foi celebrado o matrimônio de Antonio Carlos Pereira Mendes e Aline Priscila Silva Botentuit, que disseram sim aos 19 anos de idade, sendo o casal mais jovem da celebração. "Já convivemos há três anos e o casamento vem como uma prova do amor que sentimos um pelo outro", disse Aline. Esperançoso, Antonio completou: "Vamos agora correr atrás dos nossos sonhos que é de ter nossa casa, ter nossos filhos e, acima de tudo, ser feliz".

Outro matrimônio bastante celebrado fio o do casal Domingos Ribeiro Silva e Maria Amélia Santos. Ela é cadeirante, mas fez questão de comparecer e selar a união. Domingos explica que o amor supera qualquer barreira e que com o casamento o amor vai aumentar ainda mais. "Agora temos uma situação regular e quero poder dividir os anos que ainda me restam ao lado da pessoa que amo", disse.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Desembargador Froz Sobrinho é homenageado pela Justiça Militar da União

O desembargador Froz Sobrinho foi homenageado nesta terça-feira (1º), pelo Superior Tribunal Militar (STM), com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar, na cerimônia de aniversário dos 206 anos da Justiça Militar no Brasil, pela colaboração para o enriquecimento das atividades da instituição. A solenidade ocorreu em Brasília, com a presença do presidente do STM, ministro Raymundo Cerqueira.

Froz Sobrinho disse ser uma grande honra ser agraciado com comenda. "Essa homenagem é o compromisso com as Forças Armadas de cumprir com os cinco mandamentos ao longo da vida: honra, dever, soberania, Pátria e Deus. Também ao trabalho que temos como magistro e que está ligado à comunidade", salientou.

A Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM) é uma condecoração instituída pelo Superior Tribunal Militar em 12 de junho de 1957. É concedida aos integrantes da Justiça Militar da União (JMU), instituições e personalidades civis e militares que prestam bons serviços ou demonstram apreço à JMU0

Além do desembargador Froz Sobrinho, foram homenageados na cerimônia o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, e conselheiros do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) ue trabalham no diagnóstico da Justiça Militar da União.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

MONÇÃO

Perseguição termina em recaptura de Foragido e comparsa morto

O foragido do Presídio de Pinheiro, Carlos Eduardo Costa Mendes, de 29 anos, foi recapturado pela polícia em Monção, a 200 km da cidade onde deveria estar cumprindo pena. Durante a perseguição policial, um dos comparsas dele fugiu e o outro acabou morrendo afogado ao tentar atravessar um rio para fugir da polícia. Os dois últimos não foram identificados.

Armados, os suspeitos ainda trocaram tiros com os policiais. Segundo a polícia, o trio é responsável pelo roubo de uma motocicleta em Monção.

"A Polícia Militar foi imediatamente avisada porque a vítima possuía um celular e eles não observaram isso no momento do assalto. Então, a Polícia Militar já sabia onde eles iriam passar e fizeram a abordagem no exato momento em que eles passariam pelo local. Ocorre que, nessa abordagem, na travessia do rio, eles revidaram atirando contra os policiais militares e houve uma espécie de confronto e eles tentaram fugir atravessando o rio, retornando para o local de onde eles vinham", explicou a delegada Caroline Dantas.

A delegada que investiga o caso disse que Carlos Eduardo já responde a processos na Justiça e confirmou que ele estava foragido do Presídio de Pinheiro, para onde deve ser novamente encaminhado. "Segundo informações dele próprio, ele já teria dez processos pelo crime de roubo, acredito", acrescentou Dantas.

Carlos Eduardo Costa Mendes foi recapturado

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Froz Sobrinho é homenageado em Brasília pelo STM

Presidente do TRE/MA recebeu a Ordem do Mérito Judiciário Militar em cerimônia alusiva aos 206 anos da Justiça Militar

Como parte das comemorações dos 206 anos da Justiça Militar, a mais antiga do país, o Superior Tribunal Militar (STM) promoveu ontem cerimônia de outorga da Ordem do Mérito Judiciário Militar aos integrantes da Justiça Militar da União, magistrados, juristas, cidadãos brasileiros e estrangeiros. O desembargador Froz Sobrinho, que preside o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA), foi um dos homenageados.

O evento ocorreu no Clube do Exército, em Brasília. O Superior Tribunal Militar aproveitou a data para "reconhecer os bons serviços de servidores e homenagear personalidades brasileiras e estrangeiras que colaboraram com a atuação desta Justiça Militar". O desembargador Froz Sobrinho foi reconhecido como personalidade pública que contribui para o fortalecimento daquela justiça especializada.

História - Criada em 1808 por D. João VI, até 1934 o Superior Tribunal Militar fez parte do Poder Executivo. Com a Constituição daquele ano, passou a integrar o Poder Judiciário, onde foi colocado no mesmo nível dos demais tribunais superiores, como o Superior Tribunal de Justiça e o Superior Tribunal do Trabalho.

Paulo Soares

Desembargador Froz Sobrinho: mérito por colaborar com a Justiça Militar

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ouvidor do TJ diz que Judiciário quer aproximação com sociedade

Paulo Velten ressaltou, durante audiência pública realizada em Caxias, que a meta é abrir um canal de comunicação direta com os destinatários dos serviços judiciais e para isso está expondo dificuldades e ouvindo demandas de comunidades

CAXIAS - O ouvidor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, afirmou, durante audiência pública realizada na semana passada, em Caxias, com a participação de mais de 250 pessoas, que o Judiciário quer abrir um canal de comunicação direta com os destinatários dos seus serviços.

"Estamos aqui em um diálogo franco e aberto para expor nossos problemas e ouvir a sociedade, com o objetivo de construir um Judiciário que atenda às demandas em tempo razoável", declarou o ouvidor-geral.

Ao iniciar a audiência, Paulo Velten apresentou o relatório *Justiça em Números* de 2013, com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o aumento da produtividade dos juízes em 2012, demonstrando a baixa de 1.628 processos - um aumento de 4,1% em relação a 2011.

O ouvidor-geral ressaltou que, para zerar o estoque de 93 milhões de processos em tramitação no país, o Judiciário teria de ficar quatro anos sem receber nenhuma causa. "Esses dados demonstram a realidade de que o juiz está trabalhando na sua capacidade máxima", frisou.

Orçamento - O corte elevado no orçamento do Poder Judiciário do Maranhão foi destacado pelo desembargador como uma das causas que impedem maior investimento em infraestrutura e mão de obra. Atualmente, o Maranhão tem 262 juízes para atender todas as demandas.

A cultura do litígio que leva o jurisdicionado a encaminhar ao Judiciário questões que poderiam ser resolvidas por meio de um diálogo entre as partes foi apresentada como mais uma causa para a demora nos julgamentos.

A audiência pública de Caxias, segundo Paulo Velten, é o começo de uma marcha planejada pela atual gestão do Tribunal de Justiça do Maranhão, visando aproximar ainda mais a população do Judiciário.

Número

13 mil

processos tramitam atualmente na 1ª Vara da Comarca de Caxias

Participação - O encontro reuniu comunidades, representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de juízes do polo de Caxias - comarcas de Codó, Coelho Neto, Coroatá, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Mateus, Timbiras e Timon.

Entre as reclamações apresentadas pelos participantes, está a morosidade no andamento e no julgamento das ações. As sugestões apresentadas para minimizar o problema incluem a necessidade de criação de mais duas varas - além das cinco já existentes - e nomeação de juízes e servidores.

A denegação da assistência judiciária gratuita foi outro questionamento apresentado, considerando o baixo poder aquisitivo de parte da população da Região dos Cocais.

A presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Caxias, Iêda Moraes, sugeriu a imediata instalação da 6ª Vara Judicial naquela comarca, para agilizar a tramitação dos 13 mil processos em andamento na 1ª Vara.

Agilidade - Em requerimento verbal, o prefeito de Aldeias Altas, José Benedito Tinoco (PMDB), pediu a implantação de comarca própria no município, como forma de atender com agilidade a população da cidade, que fica a cerca de 30 km de Caxias.

Os advogados também relacionaram a demora no prazo de agendamento de audiências, enfatizando que, em alguns casos, estão previstas para acontecer em 12 meses ou mais.

Durante a audiência, a Ouvidoria também recebeu cópias e número do processo de quem foi em busca de uma resposta do Judiciário, por meio do órgão.

"Eu e várias pessoas estamos encaminhando o número de nossos processos para a Ouvidoria, com o intuito de resolver nosso problema como mutuários da Cohab. São cinco anos de espera, mas agora acreditamos encontrar uma solução", disse a aposentada Maria Antônia da Conceição, que é parte em processo envolvendo problemas com habitação.

No encerramento da audiência, o desembargador Paulo Velten disse que todas as reivindicações e sugestões serão elencadas no relatório da Ouvidoria e encaminhadas ao Órgão Especial do TJMA.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

OUVIDOR DO TJ DIZ QUE JUDICIÁRIO QUER APROXIMAÇÃO COM SOCIEDADE

Divulgação

Audiência realizada pelo TJ em Caxias reuniu o ouvidor Paulo Velten e representantes de comunidades

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

click Especial

O desembargador Froz Sobrinho disse ser uma grande honra ser agraciado coma comenda ciente dos cinco mandamentos ao longo da vida: honra, dever, soberania, Pátria e Deus

Froz Sobrinho é homenageado pela Justiça Militar da União

O desembargador Froz Sobrinho foi homenageado nesta terça-feira (1º), pelo Superior Tribunal Militar (STM), com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar, na cerimônia de aniversário dos 206 anos da Justiça Militar no Brasil, pela colaboração para o enriquecimento das atividades da instituição.

A solenidade ocorreu em Brasília, com a presença do presidente do STM, ministro Raymundo Cerqueira.

A Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM) é uma condecoração instituída pelo Superior Tribunal Militar em 12 de junho de 1957. É concedida aos integrantes da Justiça Militar da União (JMU), instituições e personalidades civis e militares que prestam bons serviços ou demonstram apreço à JMUo

Além do desembargador Froz Sobrinho, foram homenageados na cerimônia o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, e conselheiros do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) ue trabalham no diagnóstico da Justiça Militar da União.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

HOMENAGEM

Desembargador Froz Sobrinho

O desembargador Froz Sobrinho foi homenageado nesta terça-feira (1º), pelo Superior Tribunal Militar (STM), com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar, na cerimônia de aniversário dos 206 anos da Justiça Militar no Brasil, pela colaboração para o enriquecimento das atividades da instituição. A solenidade ocorreu em Brasília, com a presença do presidente do STM, ministro Raymundo Cerqueira. Froz Sobrinho disse ser uma grande honra ser agraciado com comenda. "Essa homenagem é o compromisso com as Forças Armadas de cumprir com os cinco mandamentos ao longo da vida: honra, dever, soberania, Pátria e Deus. Também ao trabalho que temos como magistrado e que está ligado à comunidade", salientou.

CONDECORAÇÃO

A Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM) é uma condecoração instituída pelo Superior Tribunal Militar em 12 de junho de 1957. É concedida aos integrantes da Justiça Militar da União (JMU), instituições e personalidades civis e militares que prestam bons serviços ou demonstram apreço à JMU. Além do desembargador Froz Sobrinho, foram homenageados na cerimônia o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, e conselheiros do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que trabalham no diagnóstico da Justiça Militar da União.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO COMARCA DE IMPERATRIZ -SECRETÁRIA JUDICIAL DA 1ª VARA CIVIL FÓRUM "MIN. HENRIQUE DE LA ROQUE ALMEIDA" Rua Rui Barbosa s/nº Centro - Fone/Fax: 99-3529-2011 Email:varaciv1_ltz@tjma.jus.br EDITAL DE CITACÃO (PRAZO DE 20 DIAS) A Excelentissima Senhora, Doutora ANA LUCRÉCIA BEZERRA SODRÉ REIS, MM. Juiza de Direito Tilulor da 1ª Vara Cível desta Comarca de Imperatriz. Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc... FAZ SABER o todos quantos o presente Edital de Citação virem ou dele conhecimento tiverem, nos autos de AÇÃO EXECUÇÃO nos autos do processo nº 2229-08.2010.8.10.0040. requerido por BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A SOCIEDADE ANÔNIMA- EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICLAL em desfavor WAGNER RIBEIRO, Adão Alves Ribeiro, ROSA NILVA OLIVEIRA RIBEIRO, Flávio Cesar Ribeiro, que se processam perante este Juizo e respectiva secretária, constando nos autos que os requeridos encontram-se em lugar incerto e não sabido CITA a Adão Alves Ribeiro, Flávio Cesar Ribeiro, "para pagar no prazo de 03 (três) dias. o débito no valor de R$ 311359.13 (trezentos e onze mil, trezentos e cinquenta e nove reais e treze centavos) acrescido de juros, correções monetárias e honorários advocatícios à data do pagamento e/ou apresentar embargos no prazo de 1 5(quinze) dias, independentemente de penhora (Lei nº. 11.382/2006). Com advertência de que não efetuando pagamento no prazo acima, proceder-se à, PENHORA E AVALIAÇÃO de tantos bens quanto bastarem para cobrir a execução lavrando-se o respectivo auto. E, INTIMAR a parte executada do disposto do art.652, § 1º do CPC. Não encontrando o devedor, proceder ao ARRESTO de tantos bens quantos bastem para garantir a execução". E para que ninguém possa alega ignorância mandou expedir presente edital que será publicado na forma da Lei, com observância ao art. 232, do CPC e seus incisos, em especial o III e IV. Dado e passado nesta cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, aos 8 de janeiro do 2014. Eu, Sergean de Sousa Silva, Secretária Judicial digitei e subscrevo. (a)Ana Lucrécia Bezerrs Sodré Reis Juízo de Direito Titular da 1ª Vara Cível Comarca de Imperatriz

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Casamento comunitário leva cidadania a 90 casais do município de Rosário

"Agora é oficial. Já convivemos tem bastante tempo e essa foi a oportunidade pra nós acertar nossa união. Fico muito feliz com essa chance que a Justiça deu para nós". A afirmação, acompanhada de um longo sorriso, foi feita pelo senhor José Aquino dos Reis, 78 anos, durante mais uma edição do projeto casamento comunitário realizado na Comarca de Rosário. A celebração aconteceu na manhã de ontem (1º) e garantiu o matrimônio de 90 casais.

O senhor José convive há 60 anos com a senhora Joana Baltazar Santos, mas só agora, por meio do projeto da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, teve a união oficializada com sua parceira. A desembargadora Nelma Sarney abriu os trabalhos destacando a importância da instituição do matrimônio para a sociedade. "Acredito que o casamento é a mais importante instituição no seio de uma sociedade, porque é dele que se constrói a base familiar", disse.

Para celebrar os casamentos a juíza Lucia de Fátima Quadros, que responde pela 2ª Vara de Rosário, teve o apoio dos juízes corregedores José Américo Costa e Maria Francisca Galiza. Lucia Quadros elogiou o projeto da Corregedoria, lembrando que é papel também do Judiciário estar presente nas comunidades. "A Justiça deve fazer parte da vida da comunidade. Com esse espírito é que nós demos continuidade ao projeto para garantir ao cidadão o direito de uma união regular", pontuou.

Também foi celebrado o matrimônio de Antonio Carlos Pereira Mendes e Aline Priscila Silva Botentuit, que disseram sim aos 19 anos de idade, sendo o casal mais jovem da celebração. "Já convivemos há três anos e o casamento vem como uma prova do amor que sentimos um pelo outro", disse Aline. Esperançoso, Antonio completou: "Vamos agora correr atrás dos nossos sonhos que é de ter nossa casa, ter nossos filhos e, acima de tudo, ser feliz".

Outro matrimônio bastante celebrado foi o do casal Domingos Ribeiro Silva e Maria Amélia Santos. Ela é cadeirante, mas fez questão de comparecer e selar a união. Domingos explica que o amor supera qualquer barreira e que com o casamento o amor vai aumentar ainda mais. "Agora temos uma situação regular e quero poder dividir os anos que ainda me restam ao lado da pessoa que amo", disse.

O projeto Casamento Comunitário foi instituído pela Corregedoria da Justiça do Maranhão em 1999 e visa a oficializar a união de casais de forma gratuita. Desde sua criação já são cerca de 30 mil casamentos realizados.

Somente nos três primeiros meses de gestão da desembargadora Nelma Sarney à frente da Corregedoria já foram realizados 600 casamentos em diversos municípios do Estado.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Acordos nos centros de conciliação podem ser agendados sem sair de casa

O agendamento de acordo antecipado nos centros de conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) pode ser feito sem sair de casa. A iniciativa permite que o agendamento seja feito pelo Telejudiciário do tribunal (0800 707 1581), internet ou em qualquer um dos cinco centros de solução de conflitos da capital.

O cidadão, empresa ou instituição que quiser fazer o agendamento pela internet, deve acessar o Portal do TJMA (www.tjma.jus.br) e clicar no link "conciliação". O interessado será direcionado para o formulário do sistema Attende.

No agendamento, o cidadão informará sobre a demanda, identificação própria e da parte contrária. De imediato é marcada a audiência de conciliação, que será coordenada por um conciliador ou mediador na data agendada.

Além dos centros de conciliação instalados na capital – Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), Rua do Egito, na FACAM (Bequimão) e no Uniceuma (Renascença e Cohama) – sete unidades estão em funcionamento em Imperatriz, Balsas, Bacabal e Caxias.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

HOMENAGEM

Um happy hour especial com bate-papo e sorteio de brindes no restaurante Maracangalha realizado na última quinta-feira, 27. Dessa forma, a OAB/MA homenageou as mulheres advogadas. O evento contou com a participação da desembargadora e corregedora geral do TJ/MA, Nelma Sarney, da médica Honorina Lopes, da presidente da ACM, Luzia Rezende e da advogada Joana Darc em um encontro mediado pela conselheira seccional, Ananda Farias.

FOTOS: HANDSON CHAGAS

HONORINA LOPES, Nelma Sarney, Ananda Farias, Luzia Rezende e Joana Darc, durante o bate-papo sobre o papel da mulher

A JUÍZA ORIANA Gomes e a conselheira seccional Cláudia Guimarães

A SUPERINTENDENTE DO SEBRAE/MA, Simone Macieira, e a advogada Cássia Helena

TATIANA BANDEIRA e a médica Honorina Lopes

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Desembargador Froz Sobrinho é homenageado

O desembargador Froz Sobrinho foi homenageado ontem (1º), pelo Superior Tribunal Militar (STM), com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar, na cerimônia de aniversário dos 206 anos da Justiça Militar no Brasil, pela colaboração para o enriquecimento das atividades da instituição. A solenidade ocorreu em Brasília, com a presença do presidente do STM, ministro Raymundo Cerqueira.

A Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM) é uma condecoração instituída pelo Superior Tribunal Militar em 12 de junho de 1957. É concedida aos integrantes da Justiça Militar da União (JMU), instituições e personalidades civis e militares que prestam bons serviços ou demonstram apreço à JMU.

Além do desembargador Froz Sobrinho, foram homenageados na cerimônia o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, e conselheiros do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que trabalham no diagnóstico da Justiça Militar da União.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juris

Sérgio Tamer trabalha a mil por hora para o lançamento, sexta-feira, da revista Juris, na Ordem dos Advogados do Brasil. Editada pelo Centre de Estudos Constitucionais e Gestão Pública (CECGP), que ele preside, a revista é a primeira publicação maranhense voltada para advogados, juízes, promotores de Justiça, desembargadores e estudantes de Direito. O primeiro número reúne trabalhos de colaboradores de peso, o que mostra o interesse despertado desde o anúncio do seu lançamento.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Encontro de Corregedores

Com o tema Corregedorias e Juízes, um novo elo na valorização da magistratura de 1º grau, o Maranhão vai receber nos dias 2, 3 e 4 de abril a 65ª Edição do Colégio Permanente de Corregedores de Justiça do Brasil. O evento reúne corregedores da Justiça de todos os estados com a finalidade de discutir melhoria para a Justiça de 1º grau, onde, assim como no Brasil, está concentrada cerca de 90% da demanda processual de nosso Estado.

O Encontro é uma reunião do colégio e faz parte das atividades anuais da entidade. O Colégio tem a finalidade de buscar o aperfeiçoamento e a melhoria da prestação dos serviços judiciais e extrajudiciais dos estados e do Distrito Federal, promovendo a celeridade processual e a aproximação da Justiça com a população. Para que esse trabalho seja concretizado, são realizados os encontros nacionais.

Na 65ª edição, serão discutidos temas de grande relevância para a Justiça e para o cidadão que faz uso dela diariamente. Estão na pauta do encontro temas relacionados à priorização da Justiça de 1º grau, que é aquela que está mais próxima do cidadão, decorrendo daí debates para as contribuições ao projeto de resolução do Conselho Nacional de Justiça, que visa a ampliar a atenção à Justiça de primeira instância.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

◀◀ ◀◀

• Tem início às 19h desta quarta-feira (02), no Hotel Luzeiros, em São Luis, o 65º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil (ENCOGE). Juízes e corregedores da Justiça de todo o Brasil participam do evento, que segue até a sexta-feira, dia 4. Na programação, temas como "Política de Priorização da Justiça de 1º Grau" e "Programa de Fortalecimento das Políticas Sociais do Judiciário".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mutirão de Conciliação em Itapecuru tem 270 audiências agendadas

Do próximo dia 22 de abril até o dia 9 de maio um Mutirão de Conciliação promovido pela 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim realiza 270 audiências. Presidido pela juíza Lúcia de Fátima Silva Quadros, titular da unidade. Uma servidora da secretaria judicial da comarca atuará como conciliadora nas ações do Juizado Especial. Em média, serão 70 audiências diárias, realizadas nos períodos da manhã e tarde.

Entre os processos, os cíveis, que contabilizam cerca de 50. O restante trata de ações do Juizado, dos quais a maior parte tem como demandadas pessoas físicas.

Dados contabilizados até essa segunda-feira (31) apontam para um acervo de 1.726 processos em tramitação na unidade.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

◂◂ ◂◂

- O juiz Rogério Monteles da Costa, titular do Juizado Civil e Criminal de Timon, divulgou edital para Conciliador Voluntário. O objetivo é cadastrar conciliadores para atuarem junto à unidade judicial. As inscrições estão abertas no período de 1º a 20 de abril, somente através do linkhttps://docs.google.com/forms/

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico (SRP) nº **03/2014**
Processo nº **38511/2013**

Objeto: Aquisição de equipamentos de som para as Comarcas de **Timon, Codó e Caxias**; **Abertura: 15/04/2014 às 10:00h** (horário de Brasília); **Local:** Site www.comprasnet.gov.br; **Informações:** Divisão de Licitação e Contratos, Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP: 65.036-710, São Luís/MA; **E-mail:** divilicitacao@tjma.jus.br. **Fones:** (98) 3243-3950 / 3243-2642. São Luís-MA, 12 de abril de 2014. **Jonnilson Nogueira dos Passos** – Pregoeiro

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BALSAS/MARANHÃO
SECRETARIA JUDICIAL DA 2ª VARA - BALSAS/MA
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS
REG. DISTRIBUIÇÃO N°: 167-03.2011.8.10.0026
DENOMINAÇÃO MONITÓRIA
PARTE. REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
PARTE REQUERIDA: OURO BRANCO LOGÍSTICA DE TRANSPORTES COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.

O DOUTOR MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA , JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BALSAS, ESTADO DO MARANHÃO, pelo presente Edital CITA o requerido Ouro Branco Logística de Transporte Comercio e Representação Ltda, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Projetada, nº 53, Bairro Santo Amaro, nesta cidade de Balsas/MA, atualmente com endereço endereço ignorado, para pagamento da dívida no prazo de 15 (quinze) dias, ESCLARECENDO ao mesmo que, caso deseje, poderá oferecer EMBARGOS no mesmo prazo, ficando ADVERRIDO(A) de não sendo oposto os Embargos, constituir-se-á de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o presente, em Mandado Executivo (art. 1.102c, da Lei 9.079/95), na ação acima identificada, ficando ciente de que este Juízo funciona na Avenida Dr. Jamildo, s/nº, Bairro Potosi, Edifício do Fórum. BALSAS/MA, 28 de março de 2014. Eu. (Rodrigo de Abreu Sousa), Secretario Judicial Substituto, digitei e subscrevi.

Dr. Marco André Tavares Teixeira
Juiz de Direito da 2ª Vara

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça
4ª Vara Cível da Comarca de São Luís

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

PROCESSO Nº: 5684-30.2012.8.10.0001 (59312012)
CLASSE CNJ:Consignação em Pagamento
REQUERENTE (S): WALKIRIA SERRA SOUZA MENEZES
PARTE(S) REQUERIDA (S): CULTURA JURIDICA CURSOS E SEMINARIOS LTDA

O Excelentíssimo Senhor Dr. Tyrone José Silva, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADA** a parte requerida, **CULTURA JURÍDICA CURSOS E SEMINARIOS LTDA,** na pessoa de seu representante legal, e eventuais interessados, que se encontra em lugares incertos e não sabidos, para contestar a ação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADVERTÊNCIA: Fica advertido o suplicado de que, se não apresentar defesa no prazo legal, se presumirão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, *ex vi* do art. 285 do Código de Processo Civil, sendo que o prazo inicia-se após o transcurso dos vinte dias fixados, que começa a partir da 1ª publicação.

São Luís, 05 de novembro de 2013

Tyrone Jose Silva
Juiz de Direito da 4ª Vara Cível

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ATA DA COMISSÃO ELEITORAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO/SINDJUS-MA – ELEIÇÕES 2014. Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se no auditório do Solar do Sindjus-MA, sito à Rua das Cajazeiras, n.º 43 – Centro, na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, os membros da Comissão Eleitoral, Josênia Vieira de Farias – Presidente, Aidil de Souza Carvalho Neto – Vice-Presidente, Élida Rosa Duarte – secretária, com a presença também de Emanoel Jansen Rodrigues – 1º Suplente. Inicialmente, a presidente da Comissão Eleitoral leu o requerimento da Chapa "Sou de Luta, Sou Sindjus", recebido aos vinte e oito dias do mês de março do corrente ano, em que requer desta Comissão, face à omissão do Regimento Eleitoral e do Estatuto Social do SINDJUS-MA, autorização e prazo para substituição de nomes de componentes de sua chapa, que por foro íntimo, manifestaram interesse em não mais participarem do pleito eleitoral. Tendo em vista que não há qualquer regulamentação acerca de substituição de candidato, a pedido do interessado, no Regimento Eleitoral e nem no Estatuto Social do SINDJUS-MA, a Comissão Eleitoral, por consenso, deferiu o requerimento, sob o fundamento de que tal substituição é permitida, tendo como parâmetro a atual legislação eleitoral vigente, concedendo, dessa forma um prazo para a substituição dos referidos candidatos até o dia oito de abril do corrente ano, às dezoito horas, mediante apresentação da seguinte documentação: requerimento subscrito pelo candidato a presidente da chapa; requerimento subscrito pelo candidato substituído, com o motivo da desistência; requerimento subscrito pelo candidato substituto, com os documentos previstos no art. 4º do Regimento Eleitoral. Em seguida, a Comissão Eleitoral deferiu o pedido da presidente, Josênia de Farias, para oficiar aos presidentes das seguintes entidades: CTB/MA – Confederação dos Trabalhadores do Brasil – Maranhão; CSPB – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil; CUT/MA – Central Única dos Trabalhadores – Maranhão; UGT/MA – União Geral dos Trabalhadores – Maranhão; Nova Central Sindical – Maranhão, para que indiquem nomes de filiados de sindicatos de sua base, para exercerem as funções de presidente e mesário das seções eleitorais. Informou, ainda, a presidente da Comissão Eleitoral que há previsão no orçamento do SINDJUS-MA, de pagamento de diária no valor de R$ 50,00 (cinqüenta reais), para o exercício das funções de presidente e mesário de seção eleitoral. Ato contínuo, a Comissão Eleitoral deferiu a expedição de ofício à Corregedora Geral da Justiça, Desembargadora Nelma Sarney, solicitando a liberação de espaço em todos os fóruns das Comarcas do Estado do Maranhão e na Corregedoria Geral da Justiça, para funcionamento das seções eleitorais, bem como, a liberação dos servidores filiados, para exercerem o direito de votar no pleito. Em seguida, a Comissão Eleitoral aprovou o modelo de cédula de votação, bem como o modelo de ata de eleição e apuração. Ato contínuo, a Comissão Eleitoral deferiu a publicação em jornal de grande circulação e no site do SINDJUS-MA, no prazo de quarenta e oito horas, a lista de locais de votação. Assim, determinou a publicação desta ata no site do Sindjus-Ma e em jornal de grande circulação no Estado do Maranhão, para conhecimento dos interessados. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente da Comissão Eleitoral declarou o encerramento desta reunião, bem como a lavratura da presente ata, que vai assinada por mim (Élida Rosa Duarte), Secretária, pelos demais membros da referida Comissão Eleitoral. São Luís (MA) primeiro de abril de 2014.

COMISSÃO ELEITORAL:
Presidente: Josênia de Vieira Farias
Vice-Presidente: Aidil de Souza Carvalho Neto
Secretária: Élida Rosa Duarte
1º Suplente: Emanoel Jansen Rodrigues

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Serviço de urgência garante estabilidade dos sistemas do TJMA fora do expediente

Para garantir a estabilidade e o acesso a sistemas e serviços informatizados – às vezes prejudicados em função de chuvas ou falta de energia elétrica – a Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantém serviço de sobreaviso que atende, fora do expediente forense, às demandas urgentes no âmbito do Judiciário.

O atendimento às demandas obedece escala de rodízio semanal com participação de servidores efetivos, por meio do telefone celular corporativo (98) 8880-4303. Nos dias úteis, o serviço funciona das 18 às 24 horas. Nos sábados, domingos e feriados, inclusive os de ponto facultativo, o período é das 8 às 24 horas.

O diretor de Informática, Jorge Oliveira, ressalta que o suporte auxlia na estabilidade do sistema e garante que servidores, magistrados, adovgados e outros usuários dos diversos sistemas possam acioná-los a qualquer tempo e de qualquer lugar, sem prejuízo no acesso às informações.

"O trabalho destina-se a casos que impossibilitem a utilização de sistemas e serviços de tecnologia da informação, cuja paralisação cause prejuízos ao funcionamento das unidades jurisdicionais ou impeça o acesso aos sistemas de informação essenciais", ressalta.

O acionamento só deve ser feito quando houver ocorrência de interrupção do funcionamento dos seguintes sistemas e serviços: Themis SG Web, Portal do Judiciário, Jurisconsult, PROJUDI, Regesta, Correio eletrônico/WEB Mail, Digidoc, MentoRH, Sentinela, serviço de arquivos em rede, VEP/CNJ, Diário da Justiça Eletrônico, Processo Judicial Eletrônico (PJe), acesso à rede e à internet (Proxy, AD, DHCP e DNS).

De acordo com o coordenador de Infraestrutura de Informática, Claudio Henrique Carneiro, são feitos, em média, de seis a oito chamados por mês. "A demanda varia em função de problemas com o fornecimento de energia, chuvas, tempo instável, podendo até dobrar o número de chamados", explica.

A medida atende à Resolução 26/2013, que regulamenta o serviço de sobreaviso na área de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Maranhão. Mais informações sobre o serviço podem ser obtidas no telefone: (98) 3198-4580 (Diretoria de Informática e Automação)

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação